



Sinopse Econômica

AP/DEPEC/GESTE 3 - Tel: (021) 277-7369 e Fax: (021) 220-1397

Endereço na Internet - <http://www.bndes.gov.br/sinopse/sineco.htm>

Equipe Técnica: Ana Cláudia Alêm e Joana Gostkorszewicz (PNUD).

Apoio: Mauricio Gabriel Galvão

Setembro 2000 nº92

Fechamento da Edição: 02/10/00

◆1-Política Econômica

O panorama positivo das contas públicas⁽¹⁾

No que diz respeito à condução das contas públicas, alguns acontecimentos recentes apontam para a continuidade de um panorama positivo para os próximos anos.

Em primeiro lugar, o governo conseguiu rever a meta de superávit primário para 2001 acordada junto ao FMI, reduzindo-a para 3% do PIB. Além disso, por opção própria, anunciou a meta de um superávit primário de 2,7% do PIB em 2002, sinalizando, desta forma, que o ajuste das contas públicas continuará sendo uma prioridade da política econômica, mesmo com o fim do acordo com o FMI.

Em segundo lugar, o Governo conseguiu aprovar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que significará um controle duradouro das contas das três esferas de governo.

Finalmente, o Governo enviou ao Congresso Nacional um Orçamento Geral da União (OGU), que foi considerado realista pela maior parte dos analistas.

Quanto à proposta orçamentária, vale ressaltar alguns pontos principais:

i) contrariamente ao que se esperava, a receita de concessões, ao invés de cair com o fim do pagamento da Telebrás em 2000, aumentará em 2001, devido à incorporação das licenças de exploração das novas bandas de telefonia ("Banda C" e outras);

ii) a Parcela de Preço Específico (PPE), por meio da qual a Petrobrás transfere recursos ao Tesouro Nacional, sofrerá um grande aumento, como resultado da recente correção dos preços domésticos dos derivados de petróleo, que aumentou a disponibilidade de caixa da empresa, situação essa que o Governo espera que se prolongue durante o ano que vem; e

iii) as "outras despesas", excluindo, além das transferências a Estados e Municípios, o pagamento de pessoal e o gasto com benefícios previdenciários do INSS, mesmo sem considerar os recursos extras que poderiam decorrer da aprovação a) da taxa dos servidores inativos; b) do adicional de IPI; e

c) do aumento da CPMF de 0,30 % para 0,38 %, teria um aumento real de 14 % no próximo ano, como consequência da combinação da revisão – para baixo – da meta de superávit primário do Governo Central; e do aumento da receita, devido aos fatores mencionados.

Permanece a dúvida quanto ao cumprimento da perspectiva de receita da PPE, associada a um preço médio do barril de petróleo de US\$ 25 por barril. Se o preço do petróleo permanecer acima de US\$ 30, como tem estado recentemente, a frustração de receita associada à conta-petróleo será significativa e essa perda terá que ser compensada mediante medidas compensatórias e o aumento do superávit primário de Estados e Municípios ou – o que é mais provável – das empresas estatais.

De qualquer forma, vale ressaltar que continua presente o problema representado pelo fato de que o excelente desempenho fiscal dos últimos 20 meses, que deverá ser conservado durante 2001, continuaria dependente da existência de fontes de receita que irão se esgotar até 2003.

Particularmente em 2001, mesmo que a premissa referente ao preço do petróleo se verifique e que seja aprovado um imposto que preserve a receita da PPE nos anos posteriores, haverá 2,1 a 2,2 % do PIB de receitas temporárias, na forma de: i) 1,1 % do PIB de CPMF; ii) 0,7 % do PIB de concessões; e iii) 0,3 % a 0,4 % do PIB de outras medidas, individualmente pouco relevantes mas importantes no seu conjunto, como por exemplo o adicional de Imposto de Renda da Pessoa Física.

Sendo assim, será importante que o Governo introduza algumas medidas que evitem que nos anos 2002/2003 o gasto tenha que sofrer uma compressão quando as mencionadas receitas extraordinárias desaparecerem. De certa forma, este problema, já identificado por diversos analistas desde o início do programa fiscal acordado com o FMI, foi adiado por um ano graças às receitas da Banda C.

BNDES

04 OUT 2000

AP/COPEL

Centro de Pesquisa

o Petróleo

ÍNDICE

◆2 - Nível de Atividade:
Atividade Econômica em
Nítida Expansão.....2

◆3 - Inflação:
O Recuo da Inflação.....3

◆4 - Finanças Públicas:
Títulos Públicos Federais .4

◆5 - Mercado Financeiro:
A alta do Petróleo e a
política de juros.....5

◆6 - Setor Externo:
A Balança Comercial em
Setembro.....6

◆7 - Operações do BNDES
e da FINAME.....7

◆8 - Anexo Estatístico.....9

(1) Este editorial baseia-se em artigo de Fabio Giambiagi, a ser publicado no próximo número da Revista Conjuntura Econômica, da Fundação Getúlio Vargas.

◆2 - Nível de Atividade

Atividade Econômica em Nítida Expansão

Os últimos indicadores da produção industrial registraram, mais uma vez, variações positivas em todas as bases de comparação confirmando, assim, o movimento de retomada da atividade produtiva do país.

Segundo o IBGE, a produção física industrial, no mês de julho, registrou um crescimento dessazonalizado de 1,0% em relação ao mês anterior. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, a expansão foi de 6,8%, com destaque para os segmentos de bens de consumo duráveis (22,6%) e bens de capital (15,2%) – ver Gráfico 2.1.

A expansão do crédito segue sendo o grande vetor que impulsiona, principalmente, as vendas de bens de consumo duráveis e semiduráveis. Já a trajetória de expansão do segmento de bens de capital reflete, em grande medida, a retomada dos investimentos.

Cabe destacar que a recuperação da atividade produtiva do país fica ainda mais nítida quando se observa a evolução dos índices de média móvel trimestral – ver Gráfico 2.2.

Nos sete primeiros meses, frente a igual período do ano passado, a produção física industrial cresceu 6,8%, liderada pelo segmentos de bens de consumo duráveis (21,8%) e bens de capital (9,4%). No acumulado em 12 meses, o crescimento da produção industrial foi de 5,3%.

Segundo a CNI, as vendas reais da indústria cresceram, em julho, 4,9% em relação a junho (taxa dessazonalizada). Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, este crescimento foi de 11,8%. No acumulado do ano, as vendas reais da indústria de transformação cresceram 10,8% em relação à igual período de 1999. Vale lembrar que o INA, divulgado pela FIESP, registrou um crescimento dessazonalizado de 0,9% em junho, ante julho. Na comparação com igual mês do ano anterior, o crescimento foi de 6,1% – Ver Gráfico 2.3.

Evidenciando, ainda, o bom desempenho da atividade industrial, o grau de utilização da capacidade instalada da indústria de transformação em julho aumentou, em termos dessazonalizados, 0,3 ponto percentual em relação a junho. Cabe notar que nos últimos meses este índice tem se mantido acima de 80%, evidenciando a elevada ocupação da capacidade instalada industrial. Em julho este índice foi de 81,1% frente aos 78,4% registrados em igual mês do ano anterior.

As projeções do mercado de crescimento do PIB para 2000 e 2001 são de 3,8% e 4,4%, respectivamente – ver Tabela Projeções Anuais.

O Desempenho do Comércio Varejista

Segundo a FCESP, os dados preliminares de agosto continuam apontando para um crescimento vigoroso do comércio varejista paulista refletindo, não só, o aquecimento da atividade econômica do país mas, também, fatores como o crediário facilitado.

O faturamento real do comércio varejista paulista, em agosto, registrou um crescimento de 19,8% em relação a igual mês de 1999, com destaque para os bens de consumo duráveis

GRÁFICO 2.1
PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL IBGE
COM AJUSTE SAZONAL - JAN98 = 100

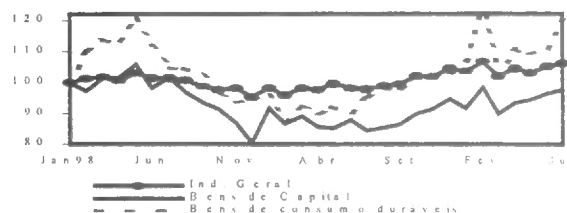


GRÁFICO 2.2
ÍNDICE DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL:
MÉDIA MÓVEL TRIMESTRAL - JAN98 = 100

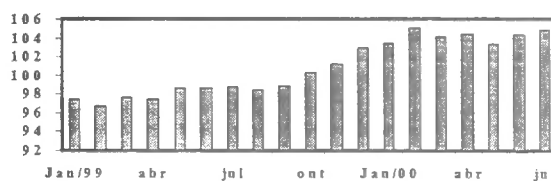


GRÁFICO 2.3
INDICADORES DO NÍVEL DE ATIVIDADE
COM AJUSTE SAZONAL - 1997=100

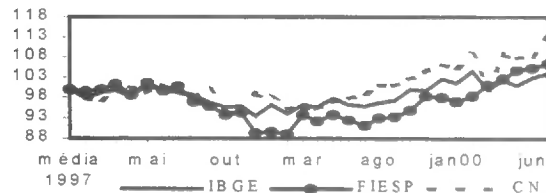


TABELA 2.1
FATURAMENTO REAL DO COMÉRCIO
VAREJISTA (%) - FCESP

Atividades	Sobre	Acum. 12	Acum. no
	Ago/00	meses	ano
Comércio geral	19,8	9,2	12,3
Comércio s/ concessionárias	19,7	10,5	12,0
Varejo bens de consumo	20,8	10,9	12,5
Duráveis	30,9	17,5	19,1
Semiduráveis	-40,9	-21,9	-30,9
Não duráveis	20,7	10,9	14,7
Comércio automotivo	19,2	-1,4	13,7
Materiais de construção	3,2	3,9	5,1

(30,9%) e para o comércio automotivo (19,2%) – ver Tabela 2.1.

No acumulado do ano até agosto, o faturamento real do comércio varejista paulista cresceu 12,3% em relação a igual período de 1999. Nesta mesma base de comparação, o destaque do crescimento também coube ao segmento de bens de consumo duráveis (19,1%).

O Mercado de Trabalho

O nível de emprego da indústria de São Paulo, segundo a FIESP, cresceu 0,11% no comparativo agosto/ julho, o que representou a recuperação de 1770 postos de trabalho. No acumulado do ano, até agosto, esta expansão foi de 1,13%, representando a criação de 18064 vagas.

A taxa de desemprego aberto do IBGE, em agosto, foi de 7,1%, ficando praticamente estável em relação a julho (7,2%) e caindo na comparação com agosto do ano passado (7,7%).



◆3 - Inflação

O Recuo da Inflação

Conforme o esperado, a maior parte dos índices de inflação começaram a dar sinais de desaceleração - ainda que não muito expressivos - já a partir do mês de agosto, frente aos resultados de julho - pressionados pela alta dos preços de alimentos e pelos reajustes de combustíveis e tarifas públicas.

O IPCA, o IPC-FIPE e o IGP-DI registraram taxas de inflação de 1,31%, 1,55% e 1,82%, respectivamente em agosto frente aos 1,64%, 1,40% e 2,26% registrados no mês anterior - Ver Tabela 3.1.

O recuo da inflação em agosto, ainda que menos do que o esperado, decorreu da desaceleração da pressão de alta dos preços de alimentos e da diluição parcial dos reajustes das tarifas públicas. Contudo, alguns aumentos de preço localizados causaram pressões inesperadas, como foi o caso dos planos de saúde, remédios e artigos de higiene e limpeza.

Entretanto, o núcleo da inflação, medido pelo IPC da FGV, passou de 0,74% em julho para 0,27% em agosto. No acumulado em 12 meses, até agosto, o núcleo da inflação foi de 4,49% - ver Gráfico 3.1 e Tabela 3.2.

O recuo do núcleo da inflação reforçou a expectativa de rápida desaceleração da taxa de crescimento dos preços a partir do mês de setembro, o que de fato já vem sendo apontado pelos resultados parciais do mês. O IPCA-15 de setembro ficou em 0,45% e a terceira prévia do IPC-FIPE em 0,39%.

Ao mesmo tempo, este movimento descendente do núcleo de inflação reafirma que a aceleração da taxa de crescimento dos preços registrada nos últimos meses foi fruto de uma pressão de custos e não de demanda, não comprometendo, assim, a tendência declinante da inflação.

A meta de inflação para este ano, de 6%, deve ser ligeiramente ultrapassada. O Relatório de Inflação do Banco Central elevou a meta de inflação para 6,7% em 2000, mas isto considerando um possível reajuste de 5% no preços dos combustíveis.

TABELA 3.1
VARIAÇÃO ACUMULADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES

Mês	Índices de preços			
	IGP-DI	IPCA	FIPE	Média
Jan/99	1,15	0,70	0,50	0,78
fev	4,44	1,05	1,41	2,30
mar	1,98	1,10	0,56	1,21
abr	0,03	0,56	0,47	0,35
mai	-0,34	0,30	-0,37	-0,14
jun	1,02	0,19	-0,08	0,38
jul	1,59	1,09	1,09	1,26
ago	1,45	0,56	0,74	0,92
set	1,47	0,31	0,91	0,90
out	1,89	1,19	1,13	1,40
nov	2,53	0,95	1,48	1,65
dez	1,23	0,60	0,49	0,77
Jan/00	1,02	0,62	0,57	0,74
fev	0,19	0,13	-0,23	0,03
mar	0,18	0,22	0,23	0,21
abr	0,13	0,42	0,09	0,21
mai	0,67	0,01	0,03	0,24
jun	0,93	0,23	0,18	0,45
jul	2,26	1,61	1,40	1,76
ago	1,82	1,31	1,55	1,56

GRÁFICO 3.1
NÚCLEO DE INFLAÇÃO (%)
TAXA ACUMULADA EM 12 MESES

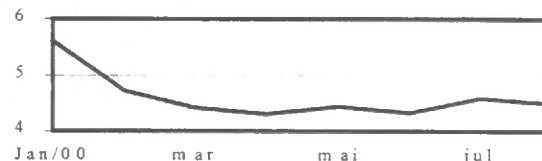


TABELA 3.2
NÚCLEO DE INFLAÇÃO (%)

	IPC/FGV		Core	
	Mês	12 meses	Mês	12 meses
Jan/00	1,01	9,52	0,45	5,62
fev	0,05	8,04	0,17	4,73
mar	0,51	7,57	0,24	4,42
abr	0,25	7,28	0,26	4,31
mai	0,40	7,63	0,39	4,44
jun	-0,01	6,92	0,16	4,33
jul	1,91	7,67	0,74	4,60
ago	0,86	8,08	0,27	4,49

Contudo, para 2001, o BC reduziu a projeção do IPCA para 3,7%, sinalizando que, passada a atual volatilidade do preço do petróleo, a trajetória de queda dos juros poderá ser retomada.

O IPC-FIPE

O Índice de Preços ao Consumidor, divulgado pela FIPE, registrou, na terceira quadrimestre de setembro, uma taxa de variação positiva de 0,39%, frente aos 1,55% registrados no mês anterior.

Refletindo, basicamente, a significativa desaceleração do aumento dos preços de verduras e legumes - que "devolveram" boa parte das fortes altas de julho e agosto - e a diluição do impacto do aumento dos preços administrados, os principais itens que contribuíram para esta desaceleração da inflação ao consumidor foram alimentação, saúde e transportes que, nesta mesma base de comparação, passaram de uma taxa de variação positiva de 2,37%, 1,47% e 2,43%, respectivamente, para 0,18%, 0,58% e 0,37%.

A FIPE reduziu de 0,3% para 0,2% a previsão de inflação para setembro. A avaliação é que os efeitos do repique da inflação já foram superados e a tendência é que o índice médio mensal fique em 0,5% até o final do ano. É possível que os preços sofram alguma pressão em outubro e novembro por conta da entressafra da carne bovina e da nova coleção de verão.

A expectativa é que a inflação, medida pelo IPC-FIPE, no último trimestre do ano acumule uma alta de 1%, o que reforça a possibilidade do IPC ficar entre 5,0% e 5,5% em 2000.

O IGP-M

Em setembro, o IGP-M, registrou uma taxa de variação positiva de 1,16%, significativamente abaixo dos 2,39% registrados em agosto.

O IPA-M, o IPC-M e o INCC-M registraram, respectivamente, taxas de variação positivas de 1,81%, 0,14% e 0,30%.

◆4 - Finanças Públicas

A evolução do déficit nominal do setor público

O déficit público nominal no acumulado janeiro/agosto de 2000 – excluindo o efeito da variação cambial – foi de 2,91% do PIB, significativamente abaixo dos 5,55% do PIB de 1999 – ver Tabela 4.1.

O total de despesas com o pagamento dos juros nominais sobre a dívida pública atingiu 6,91% do PIB no acumulado até agosto, contra os 8,67% do PIB em 1999.

Em relação ao resultado primário, houve um superávit de 4,01% do PIB no período, ante um superávit de 3,12% do PIB em 1999. Vale ressaltar o aumento do superávit primário dos governos regionais, que de 0,22% do PIB em 1999, passou para 0,81% do PIB no acumulado janeiro/agosto de 2000. Esta melhora decorreu, principalmente, da recuperação do resultado primário dos estados.

As receitas federais em julho

Segundo a Secretaria da Receita Federal, a arrecadação federal apresentou um crescimento real de 11,54% em agosto de 2000, ante o mesmo mês de 1999 – ver Tabela 4.2. No acumulado no ano até agosto, a arrecadação apresentou um crescimento real de 3,03%.

Títulos Públicos Federais

A observação dos títulos federais classificados por indexador aponta para um aumento da participação dos títulos públicos pré-fixados no total. Esta participação passou de 9% em média no ano de 1999, para 15% em agosto de 2000 – ver Tabela 4.3. Os títulos indexados à taxa over/SELIC continu-

am apresentando a maior participação, que atingiu 54% do total em agosto de 2000.

A Dívida líquida do setor público

A dívida líquida do setor público – excluindo base monetária – foi de 41,5% do PIB em agosto de 2000, ante os 42,5% do PIB observados em dezembro de 1999 – ver Tabela 4.4 e Gráfico 4.1.

TABELA 4.2
ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS
a preços de agosto de 2000

Ano	Arrecadação (R\$ milhões)			Variação (%)		
	Jul	Ago	Jan-ago	Ago00/ Jul00	Agc00/ Ago99	Jan-Ago00/ Jan-Ago99
1999	16104	15438	115787	-	-	-
2000	14359	17220	119293	19,92	11,54	3,03

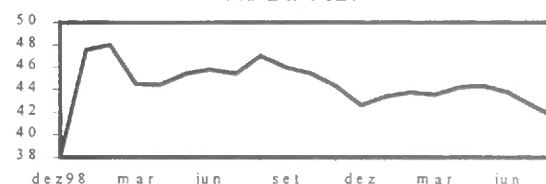
Fonte: Secretaria da Receita Federal.

TABELA 4.3
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS
PARTICIPAÇÃO POR INDEXADOR (%)

Indexadores	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000 (ago)
Câmbio	8,3	5,3	9,4	15,4	21,0	24,2	20,7
SELIC	16,0	37,8	18,6	34,8	69,1	61,1	53,6
Prefixados	40,2	42,7	61,0	40,9	3,5	9,2	15,0
IGP/IGP-M	12,5	5,3	1,8	0,3	0,4	2,4	5,6
Outros	23,0	8,9	9,2	8,6	6,0	3,1	5,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Banco Central.

GRÁFICO 4.1
DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (1)
(% DO PIB)



Nota: (1) Exclui base monetária.

TABELA 4.4
DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO - FIM
DE PERÍODO (% PIB) (1)

Composição	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000 (ago)
Dívida interna	17,6	21,8	27,0	26,7	31,8	32,6	32,8
Governo Central	3,0	6,6	12,0	13,3	16,8	16,8	17,3
Títulos públicos	11,6	15,5	21,4	28,3	35,5	37,7	39,2
Indexados ao câmbio	1,0	0,8	2,0	4,4	7,5	9,1	8,6
Indexados a SELIC	1,8	5,9	4,0	9,8	24,5	23,0	22,3
Prefixados	4,7	6,6	13,0	11,6	1,2	3,5	6,2
Outros	4,1	2,2	2,4	2,5	2,3	2,1	2,1
Créditos do BC	-4,6	-5,3	-8,5	-7,8	-5,7	-4,1	-3,5
Renegociação c/ Est. e Mun. e PROES	0,0	0,0	0,0	-5,5	-9,5	-12,0	-12,9
FAT	-2,0	-2,5	-2,5	-2,6	-3,1	-3,1	-3,3
Débitos com o BC	-2,0	-1,1	1,6	0,9	-0,4	-1,7	-2,2
Gov. estaduais e municipais	9,5	10,3	11,1	12,5	13,7	14,6	14,3
Renegociação c/ Est. e Mun. e PROES	0,0	0,0	0,0	5,5	9,5	12,0	12,9
Dívida mobiliária	4,7	5,5	6,2	4,3	2,4	1,2	0,1
Débitos diretos	4,8	4,8	4,9	2,7	1,8	1,4	1,3
Empresas estatais	5,1	4,9	3,9	0,9	1,3	1,2	1,2
Dívida externa	8,4	5,5	3,9	4,3	6,3	9,9	8,7
Governo Central	6,2	3,5	1,6	1,9	4,3	7,5	6,7
Gov. estaduais e municipais	0,3	0,3	0,4	0,5	0,7	0,9	0,8
Empresas estatais	1,9	1,7	1,9	1,3	1,5	1,5	1,2
Dívida total	26,0	27,3	30,9	31,0	38,1	42,5	41,5
Governo Central	9,2	10,1	13,6	15,2	21,1	24,3	24,0
Gov. estaduais e municipais	9,8	10,6	11,5	13,0	14,4	15,5	15,1
Estados	nd	nd	nd	11,2	12,4	13,4	13,0
Municípios	nd	nd	nd	1,8	2,0	2,1	2,1
Empresas estatais	7,0	6,6	5,8	2,8	2,6	2,7	2,4
Federais	nd	nd	2,5	1,0	0,5	0,4	0,1
Estaduais	nd	nd	3,2	1,7	2,0	2,1	2,1
Municipais	nd	nd	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2
Base monetária	3,6	3,1	2,4	3,6	4,3	4,4	3,2
Dívida total com base monetária	29,6	30,4	33,3	34,6	42,4	46,9	44,7

Fonte: Banco Central

Nota: (1) Exclui base monetária.

TABELA 4.1
NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR
PÚBLICO (NFSP)(1) - sem desvalorização cambial
Acumulado no ano (em % do PIB)

	1999		2000	
	jan-ago	ano	jan-ago	ano
Nominal	5,79	5,55	2,91	2,91
Governo Central	2,69	2,24	1,04	1,04
Gov. Fed. e Bacen	3,00	2,60	1,52	1,52
Empresas Estatais Federais	-0,31	-0,36	-0,48	-0,48
Governos Regionais	3,10	3,31	1,87	1,87
Governos Estaduais	2,40	2,57	1,55	1,55
Governos Municipais	0,36	0,43	0,25	0,25
Empresas Estatais Estaduais	0,28	0,27	0,05	0,05
Empresas Estatais Municipais	0,06	0,04	0,01	0,01
Juros Nominais	9,64	8,67	6,91	6,91
Governo Central	6,27	5,15	4,24	4,24
Gov. Fed. e Bacen	5,95	4,88	4,17	4,17
Empresas Estatais Federais	0,32	0,26	0,07	0,07
Governos Regionais	3,37	3,52	2,67	2,67
Governos Estaduais	2,52	2,72	2,07	2,07
Governos Municipais	0,52	0,50	0,39	0,39
Empresas Estatais Estaduais	0,31	0,28	0,20	0,20
Empresas Estatais Municipais	0,02	0,02	0,01	0,01
Primário	-3,84	-3,12	-4,01	-4,01
Governo Central	-3,58	-2,90	-3,20	-3,20
Gov. Fed. e Bacen	-3,72	-3,19	-3,29	-3,29
INSS	0,78	0,91	0,64	0,64
Empresas Estatais Federais	-0,63	-0,62	-0,55	-0,55
Governos Regionais	-0,26	-0,22	-0,81	-0,81
Governos Estaduais	-0,11	-0,16	-0,52	-0,52
Governos Municipais	-0,17	-0,06	-0,13	-0,13
Empresas Estatais Estaduais	-0,02	-0,02	-0,15	-0,15
Empresas Estatais Municipais	0,04	0,02	0,00	0,00

Fonte: Banco Central do Brasil.

Nota: (1)(-) = superávit

◆5 - Mercado Financeiro

A alta do Petróleo e a política de juros

Na última reunião do Copom, indo ao encontro das expectativas do mercado, o Banco Central (BC) manteve inalterada a taxa *Selic* em 16,5% ao ano, bem como o viés neutro – ver Gráfico 5.1.

A despeito dos resultados parciais da inflação de setembro terem mostrado sinais de arrefecimento, a decisão do Copom de manter inalterada a taxa de juros refletiu, basicamente, as preocupações do governo quanto aos possíveis impactos da alta volatilidade dos preços do petróleo no mercado internacional sobre o comportamento futuro da inflação.

Apesar de existirem razões concretas para a alta da cotação do petróleo (proximidade do inverno no hemisfério norte, baixo nível dos estoques e elevado nível de utilização da capacidade de refino dos países desenvolvidos), grande parte da volatilidade dos preços dessa *commodity* está relacionada a um movimento especulativo. Vale destacar que o recente anúncio da decisão do governo norte-americano de liberar 30 milhões de barris de suas reservas estratégicas de petróleo ajudou a conter este movimento especulativo e a cotação do petróleo já começou a dar sinais de recuo.

O BC deverá seguir cauteloso nos próximos meses, devendo mexer nos juros somente quando o preço internacional do petróleo começar a sinalizar uma trajetória consistente de queda.

Diante deste cenário, o espaço para novos cortes na taxa de juros ainda este ano ficou reduzido, adiando a retomada da trajetória de queda das mesmas.

No mercado futuro, as taxa de juros DI, anualizadas, projetadas para outubro, novembro e dezembro fecharam, em 29/09, em 16,35%, 16,51% e 16,51%.

O Mercado de Câmbio

A cotação do dólar, ao longo do mês de setembro, seguiu pressionada dada as incertezas quanto à dimensão do impacto da alta da cotação do petróleo no mercado internacional sobre o comportamento da inflação – ver Gráfico 5.2. No dia 31/08, a cotação da Ptax

GRÁFICO 5.1
TAXA SELIC (%)

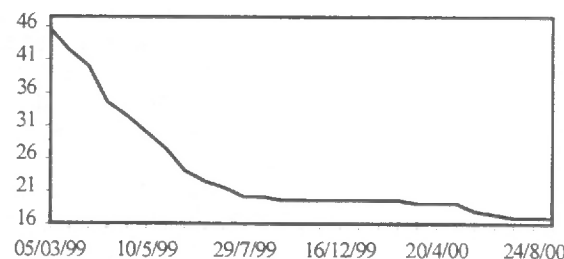
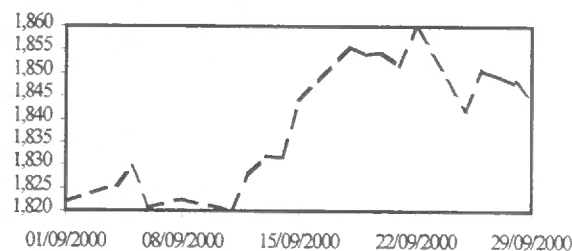


GRÁFICO 5.2
Ptax VENDA



(venda) era de R\$ 1,8234. No dia 22/09, ela atingiu R\$ 1,8594 e fechou o mês em R\$ 1,8437.

A maior oferta de NBC-Es e a recente pressão dos bancos centrais europeus para a valorização do euro ajudou a aliviar a cotação do dólar no final do mês.

Os contratos de US\$ futuro com fechamento em primeiro de novembro, dezembro e janeiro tinham, em 29/09, uma cotação de R\$ 1,8583, R\$ 1,8705 e R\$1,8809, respectivamente.

Highlights

Ao contrário das expectativas iniciais do mercado fundamentadas no bom comportamento dos indicadores econômicos do país, o IBOVESPA, em setembro, fechou o mês com uma valorização nominal negativa de 9,4% em relação ao fechamento de agosto – refletindo, em grande parte, o comportamento do mercado acionário norte-americano. No acumulado do ano, até setembro, esta foi de 6,8%.

Dado os consecutivos sinais de *soft landing* da economia norte-americana, a expectativa é que o Fed mantenha inalterada a sua taxa de juros até o final do ano, que atualmente é de 6,5% a.a.

◆6 - Setor Externo

O Desempenho Comercial em Agosto

A Balança Comercial, em agosto, registrou um superávit reduzido de apenas US\$ 97 milhões, o que correspondeu a um valor das exportações e das importações de US\$ 5519 milhões e US\$ 5422 milhões, respectivamente.

Entretanto se não fosse a operação especial de reexportação de duas aeronaves no valor de US\$ 210 milhões, o saldo comercial no mês teria sido deficitário em US\$ 113 milhões.

Vale destacar que as exportações vem apresentando um significativo dinamismo. As vendas externas brasileiras, no comparativo agosto 00/ agosto 99, registram uma taxa de crescimento de 29%. A análise dos dados acumulados em 12 meses aponta para uma nítida tendência de recuperação das mesmas – ver Gráfico 6.1 –, que só não foi mais intensa, até agora, devido à queda dos preços internacionais das principais *commodities* da nossa pauta de exportação, do menor dinamismo da economia mundial – principalmente da América Latina, principal comprador de produtos manufaturados brasileiros –, bem como do movimento de desvalorização do euro frente ao dólar.

Dessa maneira, o fraco dinamismo da Balança Comercial brasileira ao longo deste ano, não pode ser explicado pelo lado das exportações mas, sim, pelo das importações que vêm crescendo a um ritmo acima do inicialmente esperado.

O expressivo movimento de recuperação das importações em 2000 decorreu, basicamente, de dois fatores. O primeiro deles está ligado com a alta do preço do petróleo no mercado internacional. No acumulado do ano, até agosto, as importações de combustíveis e lubrificantes cresceram 57,3% em comparação com igual período do ano passado. Já o segundo deles está estreitamente relacionado com a retomada da atividade industrial do país que, em grande medida, rebate nas compras externas de matérias-primas e bens intermediários. Nos oito primeiros meses, as importações desses produtos acumularam uma alta de 20,8% em relação a igual período de 1999.

TABELA 6.1
BALANÇO DE PAGAMENTOS
US\$ milhões

	1999		2000	
	Ago	Jan-Ago	Ago	Jan-Ago
Transações Correntes	-1985	-15976	-1579	-14286
Balança Comercial	-187	-717	97	1034
Exportações	4277	30845	5519	36675
Importações	4464	31562	5422	35641
Serviços	-1967	-16691	-1836	-16495
Juros	-803	-9423	-885	-9763
Outros	-1163	-7268	-951	-6732
Transferências Unilaterais	168	1433	159	1176
Capital	1765	13690	4107	10308

GRÁFICO 6.1
EXPORTAÇÕES:

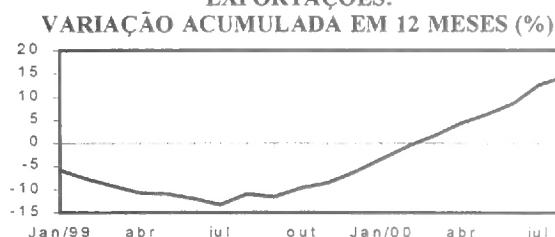
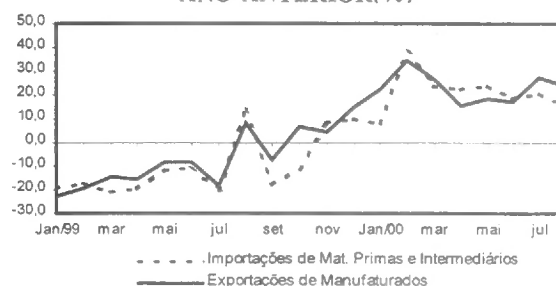


GRÁFICO 6.2
VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO MESMO MÊS DO ANO ANTERIOR(%)



A retomada das importações dificilmente sofrerá um arrefecimento no curto e médio prazo pelo fato do crescimento econômico estar sendo liderado por setores caracterizados por um alto coeficiente de importações, como é o caso das exportações de produtos manufaturados - que cresceram 23,1% no comparativo jan-ago 00/ jan-ago 99 - e de alguns gêneros industriais em franca expansão (por exemplo, o produtor de equipamentos para telefonia) – ver Gráfico 6.2.

A Balança Comercial em Setembro

Na quarta semana de setembro, a Balança Comercial apresentou um déficit de US\$ 28 milhões, com exportações no valor de US\$ 1130 milhões e importações de US\$ 1158 milhões.

Com isso, até a quarta semana de setembro, a Balança Comercial registrou um déficit no mês de US\$ 295 milhões, acumulando, no ano, um superávit de US\$ 741 milhões.

O Balanço de Pagamentos

O Balanço de Pagamentos no mês de agosto foi superavitário em US\$ 2,5 bilhões – ver Tabela 6.1. As transações correntes registram um déficit de US\$ 1,6 bilhão, largamente financiado pelo ingresso líquido de investimentos diretos estrangeiros que totalizou US\$ 2,4 bilhões no período.

O déficit em transações correntes caiu 20,5% em relação a agosto do ano passado, devido à retração das remessas de lucros e dividendos e da reversão do saldo comercial. Como porcentagem do PIB, o déficit em transações correntes, nos últimos 12 meses, manteve a trajetória de queda, atingindo o patamar de 3,75%.

◆7 - Operações do BNDES e FINAME

A evolução das operações

O valor dos desembolsos de recursos do BNDES registrou um crescimento real de 2,4% no acumulado em 12 meses até agosto de 2000 - ver Gráficos da página seguinte. Um resultado extremamente favorável em relação ao que se observou no acumulado em 12 meses até junho, que apresentou uma queda de 12%. Os desembolsos da FINAME, por sua vez, registraram uma expansão real de 13%, no período.

O valor das aprovações do BNDES cresceu 20% em termos reais no acumulado 12 meses até agosto de 2000. O valor das aprovações da FINAME, por sua vez, apresentou uma expansão real de 4% no período - ver Gráficos da página seguinte.

O valor das consultas - pedidos de financiamento - do BNDES registrou uma expansão real de 5% no acumulado em 12 meses até agosto de 2000. No que diz respeito à FINAME, o valor das consultas apresentou uma expansão real de 31% no período, um resultado extremamente favorável.

Desembolsos por tipo de operação e empresa do BNDES

Os desembolsos do Sistema BNDES registraram o montante de R\$ 11,3 bilhões no acumulado no ano até agosto de 2000, ante os R\$ 11,7 bilhões registrados em igual período de 1999, ambos a preços de agosto de 2000 - ver Tabela 7.1. A BNDESPAR apresentou uma expansão real de 114% de seus desembolsos no acumulado até agosto de 2000, ante o mesmo período do ano anterior. A FINAME registrou um crescimento de 4% de seus desembolsos. O BNDES, por sua vez, apresentou uma redução real de cerca de 19% dos desembolsos no período. As liberações para operações indiretas registraram uma queda real de 20%. As operações diretas, por sua vez, apresentaram uma redução real de 19% de seus desembolsos.

A distribuição setorial dos desembolsos

A evolução dos desembolsos setoriais acumulados no ano a partir de janeiro de 1998 pode ser observada na Tabela 7.2. No acumulado até agosto de 2000, o destaque foi o setor de serviços, com crescimento real de 18% de seus desembolsos. A agropecuária e a infra-estrutura também apresentaram uma expansão real expressiva das liberações, de cerca de 14%, ante o acumulado janeiro/agosto de 1999. A indústria de transformação, entretanto, apresentou uma queda real de 17% dos seus desembolsos no período. Em agosto de 2000, as liberações para a indústria de transformação mantiveram a maior participação - de 45% - no total desembolsado - ver Tabela 7.3.

TABELA 7.1
DESEMBOLSOS DO SISTEMA BNDES (1)

Itens	Em R\$ milhões		
	1999	2000	Var. %
BNDES	7.396	5.959	-19,4
Op. Diretas	3.463	2.817	-18,7
Op. Indiretas	3.933	3.142	-20,1
FINAME	3.480	3.620	4,0
BNDE Spar	822	1.757	113,8
Total	11.697	11.339	-3,1

Fonte: AP/DEPLAN.

Nota: (1) Acumulado até agosto de cada ano, a preços de agosto de 2000 - deflator IGP-DI.

TABELA 7.2
TX. DE CRESC. REAL ACUMULADA ATÉ O MÊS (1)
DESEMBOLSOS

Meses	Em %				
	AGROP.	IND.	INFRA- TRANSF. ESTRUCTURA	SERVICIOS TOTAL	
jan98	67,6	42,1	-1,7	23,8	19,0
fev	105,3	64,5	91,7	55,3	74,0
mar	88,1	100,0	57,6	30,0	71,3
abr	41,2	75,5	155,4	45,6	93,4
mai	13,8	73,7	146,0	26,1	55,2
jun	-8,8	65,5	90,6	27,1	43,1
jul	-11,5	32,4	112,1	36,8	40,7
ago	-8,0	38,9	86,2	49,4	40,9
set	-13,6	40,0	53,7	32,9	30,2
out	-12,8	31,0	43,6	36,2	24,6
nov	-7,0	29,6	16,0	22,0	13,3
dez	-6,2	16,7	-1,8	17,1	2,9
jan99	46,4	-13,3	-62,2	24,5	-19,4
fev	-24,8	11,8	-67,4	-11,2	-24,0
mar	-18,7	5,6	-30,8	3,2	-8,7
abr	-12,6	8,2	-58,8	-4,2	-26,8
mai	-5,4	5,0	-56,6	-2,3	-24,7
jun	-0,6	10,5	-57,1	-15,4	-24,5
jul	1,0	8,5	-60,9	-16,7	-27,4
ago	6,0	0,8	-59,0	-21,4	-28,8
set	-4,4	-5,2	-58,5	-23,0	-30,9
out	-6,0	-2,4	-54,9	-22,1	-28,1
nov	-13,5	-5,1	-47,0	-17,4	-24,8
dez	-14,4	0,3	-30,0	-17,0	-15,8
jan00	-2,5	-25,9	71,6	-4,9	-8,2
fev	2,4	-25,0	20,7	31,8	-10,9
mar	-14,4	-9,3	-29,0	1,2	-15,4
abr	-9,1	-15,5	-29,7	11,4	-17,1
mai	-12,9	-12,8	-12,4	-12,8	-12,7
jun	8,0	-19,8	-34,5	14,6	-18,7
jul	10,2	-17,2	26,7	15,7	-0,7
aug	14,1	-16,9	13,7	17,6	-3,1

Fonte: AP/DEPLAN.

Nota: (1) Em relação a igual período do ano anterior - deflator: IGP-DI.

TABELA 7.3
DESEMB. SETORIAIS DO SISTEMA BNDES (1)

Setores	Em R\$ milhões			
	1999	2000	Var. %	Part % 2000
TOTAL	11698	11340	-3,1	100,0
AGROPECUÁRIA	1017	1160	14,1	10,2
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	6126	5089	-16,9	44,9
METALURGIA	751	1232	63,9	10,9
MECÂNICA	532	435	-18,3	3,8
MATERIAL DE TRANSPORTE	2419	1617	-33,1	14,3
CELULOSE E PAPEL	266	132	-50,2	1,2
QUÍMICA, P.F., PERF.S. E VELAS	401	219	-45,4	1,9
PROD. ALIMENTARES E BEBIDAS	913	681	-25,4	6,0
OUTRAS	844	773	-8,5	6,8
INFRA-ESTRUTURA	3253	3699	13,7	32,6
SERVIÇOS	1097	1290	17,6	11,4
OUTROS	204	103	-49,7	0,9

Fonte: AP/DEPLAN.

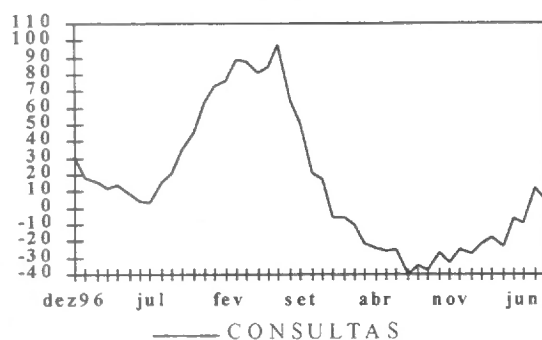
Nota: (1) Acumulado até agosto de cada ano, a preços de agosto de 2000 - deflator IGP-DI.

◆ Operações do BNDES e FINAME - Variação real (%)

(Acumulado 12 meses até o último mês *vis-à-vis* acumulado 12 meses até o mesmo mês do ano anterior.)

SISTEMA BNDES(1)

GRÁFICO 7.1



Fonte: AP/DEPLAN/GEPL/COEST.
Elaboração : AP/DEPEC/GESTE 2 e 3.

Notas: (1)) Inclui as operações do BNDES, FINAME e BNDESPAR.
Deflator: IGP-DI.

FINAME

GRÁFICO 7.2

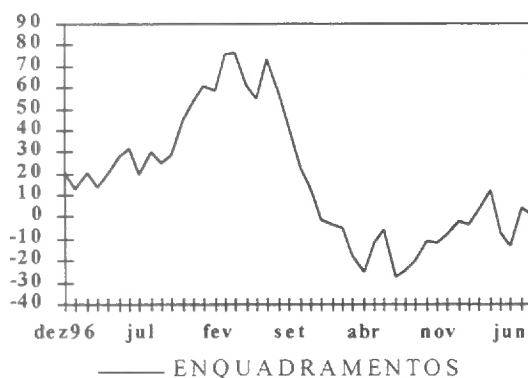


GRÁFICO 7.3

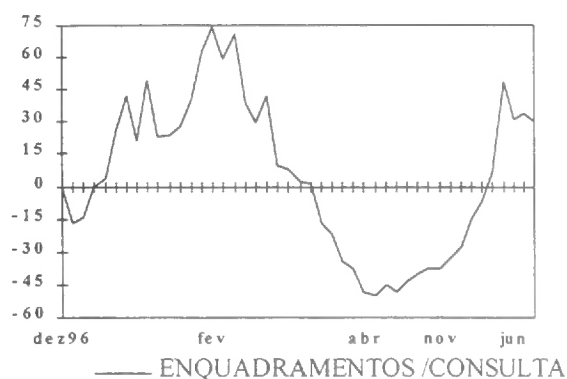


GRÁFICO 7.4

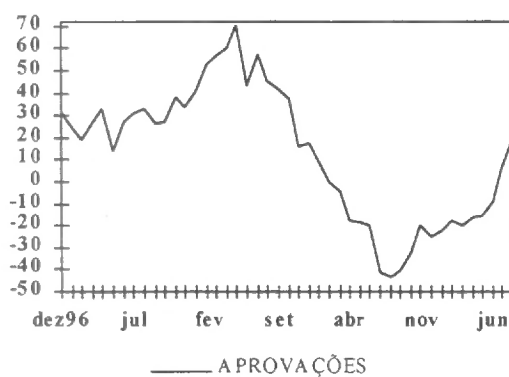


GRÁFICO 7.5

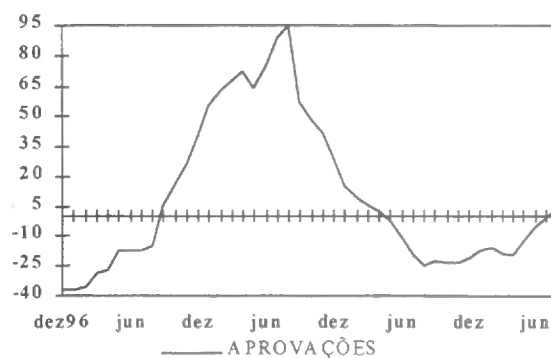


GRÁFICO 7.6

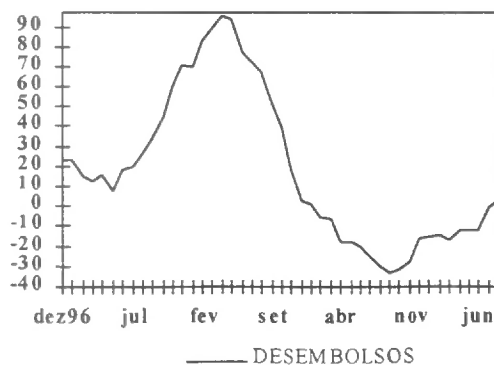
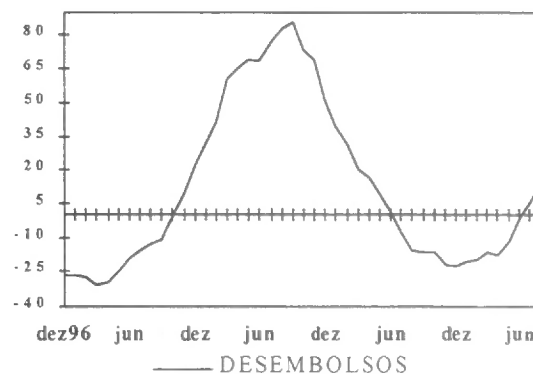


GRÁFICO 7.7



◆8 - Anexo Estatístico

EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO CUSTO DA CESTA DE MOEDAS DO BNDES

	IGP-M / FGV			Dólar Comercial (var.%) (1)			635/87 (2)		
	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses
jan/99	0,84	0,84	1,67	64,08	64,08	76,49	59,31	59,31	91,84
fev	3,61	4,48	5,15	4,11	70,82	82,65	5,74	68,45	99,44
mar	2,83	7,44	7,92	-16,6	42,47	51,39	-16,32	40,96	68,31
abr	0,71	8,20	8,54	-3,56	37,40	45,12	-3,39	36,18	59,38
mai	-0,29	7,89	8,08	3,81	42,63	49,84	4,04	41,69	65,21
jun	0,36	8,27	8,06	2,64	46,40	52,94	3,40	46,50	70,10
jul	1,55	9,95	9,92	1,11	48,02	53,78	3,70	51,92	74,49
ago	1,56	11,67	11,81	7,08	58,50	62,77	8,63	65,03	84,06
set	1,45	13,29	13,52	0,33	59,02	62,11	1,93	68,22	81,78
out	1,70	15,21	15,36	1,60	61,57	63,66	2,46	72,36	77,52
nov	2,39	17,97	18,50	-1,55	59,06	60,05	-1,47	69,82	75,73
dez	1,81	20,10	20,10	-6,95	48,01	48,01	-6,33	59,07	59,07
jan/00	1,24	1,24	20,58	0,75	0,75	-9,12	0,18	0,18	0,03
fev	0,35	1,59	16,78	-1,88	-1,14	-14,35	-1,80	-1,62	-7,10
mar	0,15	1,75	13,74	-1,20	-2,33	1,47	0,52	-1,11	11,59
abr	0,23	1,98	13,20	3,40	0,99	8,79	2,30	1,16	18,17
mai	0,31	2,30	13,88	1,10	2,10	5,95	2,43	3,62	16,34
jun	0,85	3,17	14,44	-1,46	0,61	1,72	-0,09	3,53	12,41
jul	1,57	4,79	14,46	-1,40	-0,80	-0,81	-1,63	1,86	6,63
ago	2,39	7,29	15,39	2,74	1,92	-4,83	3,32	5,24	1,44
set	1,16	8,54	15,06	1,11	3,05	-4,09	1,53	6,85	1,04

Fonte: BNDES e Gazeta Mercantil.

Notas:

(1) Taxa de final de período.

(2) Composto pela taxa de juros, imposto de renda e variação cambial da cesta de moedas do BNDES (UMBNDDES).

QUADRO DAS PREVISÕES ANUAIS (1)

INSTITUIÇÕES	PIB (1)								FBCF		NFSP (%PIB)				Exportações		Importações		B. Comercial		Saldo em C. Corrente	
	TOTAL		IND(2)		AGR		SERV		(% do PIB)		Primário		Nominal		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)	
	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001
Citibank	4,0	4,5	5,1	6,1	6,2	4,9	3,1	3,6	-	-	-3,2	-3,0	3,4	2,3	55,4	62,5	53,9	59,9	1,5	2,6	-25,4	-25,5
Chase	3,9	4,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-3,3	-3,0	4,0	2,5	54,8	60,3	52,8	55,1	2,0	5,2	-23,5	-21,7
Fator	3,6	4,1	4,8	4,8	4,3	5,0	2,9	3,2	-	-	-3,3	-2,9	3,3	2,5	55,6	60,0	55,2	57,9	0,4	2,1	-25,3	-26,2
Garantia	3,4	4,0	4,6	5,7	5,6	9,0	3,1	3,6	-	-	-3,2	-3,0	3,9	2,6	55,0	60,7	54,6	59,3	0,4	1,4	-24,9	-26,4
JPMorgan	4,1	3,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	56,7	64,3	55,1	60,1	1,6	4,2	-24,6	-25,3
LCA	3,6	4,1	4,8	4,8	4,3	5,0	2,9	3,2	-	-	-3,3	-2,9	3,3	2,5	55,5	60,0	54,9	57,6	0,6	2,4	-25,0	-26,0
Macrométrica	4,2	5,6	7,9	8,1	0,4	5,0	3,2	4,1	-	-	-2,9	-2,8	3,8	3,6	56,2	62,2	55,9	58,9	0,3	3,3	-23,9	-21,4
MCM Consultores	4,1	4,7	5,5	5,3	4,2	2,0	3,2	4,7	20,5	21,6	-3,3	-3,0	4,1	2,6	54,1	59,5	53,4	56,6	0,7	2,9	-25,4	-24,8
Rosenberg	3,8	4,3	5,0	5,5	5,6	6,0	2,8	3,4	19,0	19,5	-3,1	-3,1	3,9	3,0	55,0	60,5	55,0	58,3	0,0	2,2	-25,3	-24,9
Tendências	3,6	3,9	5,2	4,8	0,9	4,4	3,1	3,1	20,0	20,5	-3,1	-3,0	3,8	2,4	-	-	-	-	-	-	-	-
MÉDIA	3,8	4,4	5,4	5,6	3,9	5,2	3,0	3,6	19,8	20,5	-3,2	-3,0	3,7	2,7	55,4	61,1	54,5	58,2	0,8	2,9	-24,8	-24,4
DESVIO PADRÃO	0,26	0,49	0,99	1,03	2,02	1,81	0,15	0,51	0,62	0,86	0,12	0,08	0,29	0,38	0,73	1,47	0,93	1,52	0,65	1,10	0,65	1,95

Notas:

(1) Variação percentual.

(2) Exclusive Construção Civil e Serviços de Utilidade Pública.

INFLAÇÃO - QUADRO DAS PREVISÕES

INSTITUIÇÕES	IPC - FIPE				IGP-M			
	out	nov	dez	2000	out	nov	dez	2000
Citibank	0,30	0,40	0,35	5,20	0,50	0,45	0,40	10,00
Chase	0,45	0,45	0,40	5,50	0,50	0,50	0,45	10,00
Garantia	0,35	0,45	0,60	5,60	0,30	0,35	0,20	9,30
Garantia	0,60	0,50	0,50	6,00	-	-	-	-
Macrométrica	0,70	0,50	0,70	6,30	0,80	0,70	0,60	10,80
MCM Consultores	0,50	0,70	0,55	5,90	0,50	0,65	0,50	10,30
Rosenberg	0,40	0,30	0,60	5,50	0,50	0,30	0,30	9,70
Tendências	0,30	0,70	0,20	5,20	0,50	0,30	0,20	9,70
Média	0,45	0,50	0,49	5,65	0,51	0,46	0,38	9,97
Desvio Padrão	0,13	0,13	0,15	0,34	0,15	0,16	0,15	0,48

ÍNDICES ECONÔMICOS

mês	Taxa de variação dos preços(%)						Taxa Referencial de juros (%)	Taxa de Câmbio-venda SP R\$/US\$		
	IPCA	IPC (FIPPE)	IGP-M (FGV)	IGP-DI (FGV)	IPA-DI (FGV)	IPA Ind (FGV)		Comercial Média	Comercial (1)	Paralelo (1)
jan/99	0,70	0,50	0,84	1,15	1,58	1,82	0,52	1,50	1,98	2,00
fevereiro	1,05	1,41	3,61	4,44	6,99	5,97	0,83	1,91	2,06	1,98
março	1,10	0,56	2,83	1,98	2,84	3,11	1,16	1,90	1,72	1,78
abril	0,56	0,47	0,71	0,03	-0,34	1,11	0,61	1,69	1,66	1,72
maio	0,30	-0,37	-0,29	-0,34	-0,82	0,71	0,58	1,68	1,72	1,73
junho	0,19	-0,08	0,36	1,02	1,35	0,89	0,31	1,77	1,77	1,82
julho	1,09	1,09	1,55	1,59	2,03	2,26	0,29	1,82	1,79	1,86
agosto	0,56	0,74	1,56	1,45	2,15	2,15	0,29	1,88	1,92	1,98
setembro	0,31	0,91	1,45	1,47	2,30	2,06	0,27	1,90	1,92	1,98
outubro	1,19	1,13	1,70	1,89	2,58	2,15	0,23	1,97	1,95	2,02
novembro	0,95	1,48	2,39	2,53	3,59	2,10	0,20	1,93	1,92	2,02
dezembro	0,60	0,49	1,81	1,23	1,60	0,97	0,30	1,85	1,79	1,95
Acum. Ano	8,94	8,64	20,10	19,99	28,88	28,32	5,74	-	-	-
jan/00	0,62	0,57	1,24	1,02	1,02	0,98	0,21	1,80	1,80	1,95
fevereiro	0,13	-0,23	0,35	0,19	0,17	0,74	0,23	1,78	1,77	1,88
março	0,22	0,23	0,15	0,18	-0,05	0,60	0,22	1,74	1,75	1,88
abril	0,42	0,09	0,23	0,13	-0,02	0,32	0,13	1,77	1,81	1,87
maio	0,01	0,03	0,31	0,67	0,69	0,72	0,25	1,83	1,83	1,92
junho	0,23	0,18	0,85	0,93	1,45	0,64	0,21	1,81	1,80	1,93
julho	1,61	1,40	1,57	2,26	2,79	2,48	0,12	1,80	1,77	1,93
agosto	1,31	1,55	2,39	1,82	2,56	1,70	0,20	1,81	1,82	1,94
setembro	-	-	1,16	-	-	-	0,10	1,84	1,84	1,99
Acum. Ano	4,63	3,87	8,54	7,41	8,90	8,46	1,70	-	-	-

Fonte: Gazeta Mercantil.

Nota: (1) Cotação de final de período.

REMUNERAÇÃO REAL DOS ATIVOS FINANCEIROS (%) (1)

Mês	Bolsa SP	Poupança	Over	Ouro-Spot	Paralelo	Comercial	CDB
jan/99	19,44	0,18	1,33	68,58	53,75	62,71	0,89
fev	5,24	-2,20	-1,19	-2,45	-4,45	0,49	-1,17
mar	16,74	-1,13	0,49	-18,70	-12,58	-18,90	-0,40
abr	5,37	0,40	1,63	-1,65	-4,05	-4,24	1,25
mai	-2,02	1,37	2,31	-2,60	0,87	4,11	2,05
jun	4,47	0,45	1,31	-1,01	4,82	2,27	0,96
jul	-11,56	-0,74	0,11	-2,18	0,37	-0,43	-0,35
ago	-0,38	-0,75	0,01	3,39	5,10	5,44	-0,31
set	3,63	-0,66	0,04	17,66	-1,43	-1,10	-0,26
out	3,58	-0,96	-0,32	-2,20	0,31	-0,11	-0,60
nov	15,02	-1,65	-0,98	-4,16	-2,33	-3,85	-1,27
dez	21,84	-0,99	-0,20	-10,07	-5,18	-8,60	-0,63
Acum. no ano	109,76	-6,53	4,57	27,17	25,85	23,23	0,10
jan/00	-5,28	-0,51	0,22	-2,40	-1,22	-0,48	-0,03
fev	7,38	0,38	1,10	1,03	-3,93	-2,22	0,85
mar	0,75	0,57	1,30	-5,37	-0,15	-1,35	0,87
abr	-13,01	0,40	1,06	5,09	-0,76	3,16	0,82
mai	-4,03	0,44	1,19	0,59	2,36	0,79	0,86
jun	10,90	-0,14	0,53	2,96	-0,33	-2,29	0,20
jul	-3,16	-0,93	-0,26	-3,11	-1,55	-2,93	-0,47
ago	2,96	-1,64	-0,96	-1,32	-1,82	0,34	-1,34
Acum. no ano	-5,40	-1,44	4,23	-2,90	-7,27	-5,01	1,75

Fonte: Gazeta Mercantil.

Nota: (1) Deflacionados pelo IGP-M. Os dados de setembro não estavam disponíveis até o fechamento desta edição.

CUSTO DO CRÉDITO (1)

Mês	TJLP	LIBOR(2) (6 meses)	Capital de Giro pré fixado(2)	Res. 63(3)	Desconto de duplicatas(4)	Export notes(3)	ACC(3)	Repasses do BNDES(5)	
								BNDES/FINAME automáticos	FINAME agrícola
jan99	12,84	4,91	75,22	20,32	5,68	11,98	11,74	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
fev	-	5,06	81,82	53,87	6,08	14,83	12,56	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mar	-	5,06	75,71	25,50	5,77	13,00	12,85	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
abr	13,48	5,04	74,19	18,81	5,67	15,92	11,34	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mai	-	5,25	65,15	17,12	5,09	16,78	10,99	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jun	-	5,62	60,48	15,22	4,63	13,00	10,58	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jul	14,05	5,71	57,90	13,16	4,36	11,56	10,70	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
ago	-	5,92	54,74	13,15	4,22	12,54	10,67	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
set	-	5,93	54,10	12,99	4,11	17,49	10,73	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
out	12,50	6,12	50,04	12,74	3,84	14,78	10,73	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
nov	-	6,06	49,85	12,77	3,91	14,70	9,99	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
dez	-	6,13	49,81	12,76	3,79	14,71	10,06	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
Jan/00	12,00	6,17	49,07	11,93	3,84	15,72	10,05	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
fev	-	6,29	46,32	13,02	3,61	14,31	10,30	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mar	-	6,53	46,73	11,56	3,68	9,18	9,82	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
abr	11,00	6,51	43,43	11,66	3,52	8,87	9,61	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mai	-	6,98	45,68	11,80	3,58	9,87	9,60	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jun(6)	-	6,92	-	-	-	-	-	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jul(6)	10,25	6,87	-	-	-	-	-	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
ago(6)	-	6,83	-	-	-	-	-	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
set(6)	-	6,76	-	-	-	-	-	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
out(6)	9,75	-	-	-	-	-	-	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5

Fonte: Banco Central.

Notas: (1) Capital de giro, Res. 63, Desconto de duplicatas, Export notes e ACC, calculados a partir de dados do SISBACEN. (2) % ao ano. (3) % ao ano mais correção cambial. (4) Taxa antecipada - % ao mês (média mensal). (5) % ao ano + TJLP. A partir de agosto de 1997: % ao ano + TJLP + spread de risco do agente financeiro. (6) Com exceção da TJLP, da Libor e dos repasses do BNDES, as informações não estão disponíveis para os meses de junho, julho, agosto e setembro. O Banco Central pretende normalizar a divulgação destes dados em breve.